

TCC/UNICAMP
H117d
1290003103/IE

Furtado, Celso, 1975 - 2006
Reunido 2006



1290003103

ECONOMIA – UNIVERSIDADE ESTADUAL



MONOGRAFIA

**O DEBATE ENTRE CELSO FURTADO E MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES
SOBRE A CRISE DOS ANOS 60 E SEUS FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

João Paulo de Toledo Camargo Hadler

RA: 008947

Orientador: Prof. Dr. Plínio de Arruda Sampaio Jr.

CAMPINAS, DEZEMBRO DE 2006

CEDOC/IE

860963098

ÍNDICE

RESUMO.....	3
INTRODUÇÃO.....	4
I. AS INTERPRETAÇÕES DA CRISE.....	7
1. Celso Furtado – Estagnação e subdesenvolvimento.....	7
2. Maria da Conceição Tavares – Acumulação e demanda efetiva.....	15
II. O SENTIDO DAS INTERPRETAÇÕES.....	22
III. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
BIBLIOGRAFIA.....	37

RESUMO

Celso Furtado e Conceição Tavares elaboraram distintas interpretações a respeito da crise dos anos 60, refinando-as com o desenrolar dos eventos. Furtado identifica a crise, em um primeiro momento, com uma tendência à estagnação inerente às estruturas subdesenvolvidas, mas posteriormente foca-se na própria perpetuação do subdesenvolvimento. Conceição Tavares vê na crise a manifestação do ciclo endógeno no qual a economia brasileira teria entrado após a industrialização pesada, passando a um capitalismo autodeterminado. Esses autores se basearam em conceitos incompatíveis de desenvolvimento, que se refletem em sua controvérsia sobre as possibilidades de crescimento sustentado no Brasil. Procuramos percorrer a trajetória de suas análises e fazer referência quando necessário às suas bases teóricas, de maneira a justificar suas divergências. Além disso, essa trajetória permite recuperar a importância dos conceitos envolvidos para ambos.

INTRODUÇÃO

crise de
desenvolvimento

A crise da economia brasileira na década de 1960 foi uma das manifestações do esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações na América Latina, fato que levou à revisão das idéias predominantes da CEPAL, especialmente a tese central de que aquele tipo de industrialização permitiria vencer a condição de subdesenvolvimento naqueles países. No Brasil, a crise dos anos 60 deu origem a uma controvérsia que jamais chegou a termo, refletindo as reorientações no pensamento dentro da CEPAL¹. De um lado, Celso Furtado representou a vertente que defendia o diagnóstico da tendência à estagnação das economias subdesenvolvidas latino-americanas, interpretação que colocava a crise brasileira como perda de dinamismo própria das estruturas dualistas em que a industrialização seguiu padrões de consumo modernizados, incompatível com a constelação de fatores nacional. Para Furtado, em linha com as proposições reformistas derivadas do esforço crítico cepalino, seriam necessárias profundas reformas estruturais para viabilizar o desenvolvimento latino-americano e brasileiro, em particular. De outro lado, incluindo-se na corrente revisionista do pensamento cepalino que rompeu com o ceticismo da outra tendência ao verificar a recuperação da economia brasileira, Maria da Conceição Tavares interpretou a crise, inicialmente, como resultado de problemas de financiamento e de perfil da demanda, que impediram a economia de manter o fôlego de crescimento após o salto do Plano de Metas, com seu maciço pacote de investimentos. O baixo desempenho da economia naquele momento teria sido apenas parte do ciclo e de maneira alguma excluiria o dinamismo em fase posterior – a crise em si marcava a transição para um novo padrão de desenvolvimento. No fundo, esse debate entre Conceição Tavares e Furtado diz respeito às potencialidades do desenvolvimento nacional, preocupação que leva ambos a interpretar e reinterpretar a crise. O ponto a destacar é que o desenvolvimento nacional é entendido diferentemente, é conceitualmente distinto entre aqueles autores. Há grande interesse em saber por que a controvérsia persistiu e se repôs mesmo com as revisões de ambos os autores em suas interpretações originais a respeito da crise.

1 Para uma discussão sobre o revisionismo na CEPAL e suas implicações no Brasil, por meio da perspectiva do *capitalismo tardio*, Cf. SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a Nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 35-60.

A formação do pensamento econômico heterodoxo brasileiro tem grande débito para com as formulações desses dois economistas, Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, não sendo possível abordar tal linha de pensamento sem a devida apreciação desses autores. Além disso, é patente que o debate tem implicações teóricas que transcendem sua datação original, pois a questão fundamental que norteia toda a discussão é a da superação ou persistência do subdesenvolvimento, bem como de distintas interpretações sobre a natureza desse fenômeno histórico-econômico. Dessa maneira, percebemos que o tema possui considerável relevância, no sentido de fornecer elementos para compreender os rumos da economia nacional nas últimas décadas e suas potencialidades e limitações.

O debate entre as duas visões tem como fonte primordial os artigos que lhe deram origem, onde seus fundamentos e críticas mútuas estão mais bem expressas, tendo sido buscado o apoio de outros autores e outras obras para o esclarecimento de questões pontuais. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina, de Furtado (1966), dá início ao debate, apresentando de forma mais bem acabada a interpretação estagnacionista da crise. A crítica contundente viria com Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil, artigo de Conceição Tavares em parceria com José Serra, publicado pela primeira vez em 1971, trazendo uma reinterpretação original da crise. Em seguida, Furtado (1972) retornará ao tema para rever suas posições à luz da recuperação da economia brasileira, em Análise do "modelo" brasileiro, porém mantendo o essencial de seu pensamento. Conceição Tavares também acabaria por reformular suas idéias, desta vez apoiando-se em fundamentos kaleckianos, em sua tese de Livre Docência, Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Por fim, cabe destacar a exposição de Furtado no capítulo final de Cultura e desenvolvimento em época de crise (1984), em que deixa clara qual é sua concepção de desenvolvimento enquanto processo endógeno.

O presente trabalho tem como objetivo central confrontar, a partir de suas reflexões sobre a crise, em linhas gerais e apenas provisoriamente, os sistemas teóricos de Celso Furtado e de Maria da Conceição Tavares -- considerando-a precursora e representativa do enfoque do capitalismo tardio² -- em relação ao potencial estrutural da economia brasileira, para tanto tendo como base suas respectivas análises de um caso concreto e particular bem delimitado, ou seja, a crise dos anos 1960. A partir da confrontação de suas interpretações da crise e dos fundamentos teóricos que as norteiam, tem-se como objetivo subsidiário -- mas fundamental para compreender por que a controvérsia entre Furtado e Tavares persistiu e se repôs -- revelar duas visões irreconciliáveis do significado do desenvolvimento.

2 Cf. SAMPAIO JR., *op. cit.*, pp.35-60.

Na primeira parte, trata-se das interpretações propriamente ditas de cada um daqueles autores sobre a crise brasileira da década de 60. As reflexões de Furtado e Tavares são expostas separadamente, de maneira a delinear o eixo que cada um tem seguido desde o princípio do debate, retendo o essencial mas também buscando retratar a evolução em seu pensamento. Procura-se delimitar o objeto de que estão tratando e o sentido que atribuem a ele, isto é, a crise. A partir daí, são apresentadas as principais causas da perda de dinamismo do sistema econômico. Por fim, discute-se quais condições são por eles apontadas como necessárias para a recuperação, que ficaria clara entrada a década de 1970. Ao longo dessa parte do trabalho, também se procurou salientar as grandes divergências que se expressaram ao longo da formação das análises de Furtado e Tavares. A confrontação direta e mais fundamental é deixada para a parte seguinte.

Na segunda parte, é feito um levantamento sumário de algumas das concepções teóricas que orientam o pensamento de Furtado e Tavares a respeito da crise e do problema maior do desenvolvimento do país. Com isso, pretende-se justificar a orientação de cada um deles quanto ao problema das desigualdades sociais dever ou não ser incluído como fator limitante ao crescimento econômico – mais propriamente, ao desenvolvimento. Delineado cada um dos quadros teóricos a que fazem referência, chega-se aos distintos e irreconciliáveis conceitos de desenvolvimento subjacentes a Furtado e Tavares, que é o ponto aqui considerado como fundamental para explicar sua divergência e o prolongamento da controvérsia entre eles ao longo dos anos. Apresentam-se algumas condições para o desenvolvimento extraídas dos artigos a que se recorreu para reconstituir o debate, de maneira a sustentar nossa conclusão.

Na conclusão, são retomadas as principais observações feitas nas partes anteriores, de forma a sintetizar as interpretações sobre a crise e os conceitos de desenvolvimento subjacentes, e sua importância para a compreensão da forma de pensamento que cada um dos autores desenvolveu. São comentados de forma breve alguns acertos e erros cometidos por ambos autores, suas limitações e a questão da dependência, entre outros comentários, com os quais se pretende fechar o trabalho.

I. AS INTERPRETAÇÕES DA CRISE

1. CELSO FURTADO – ESTAGNAÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO

Já em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*³, Furtado deixa claro o significado que a crise tem em sua análise. A princípio, a acentuada queda da taxa de crescimento representava uma tendência à estagnação inerente aos sistemas econômicos latino-americanos com estruturas produtivas mais avançadas – o Brasil em particular. A redução no ritmo de crescimento era vista como uma situação que tenderia a persistir ao longo do tempo, confirmando-se no longo prazo, conforme o processo de industrialização por substituição de importações esbarrasse no problema de um mercado interno insuficiente para os novos bens. No entanto, o fundamental é o caráter estrutural que atribui à crise, ao vincular tal fenômeno a um conjunto de peculiaridades daquelas estruturas sócio-econômicas, a relações estruturais que, determinando o comportamento dos agentes, atuariam no sentido de impor limitações ao desenvolvimento. Daí a necessidade de Furtado em incorporar a realidade social e histórica das economias latino-americanas em sua análise⁴. A concentração de renda e a existência de um excedente estrutural de mão-de-obra seriam as características decisivas para explicar a tendência à estagnação.

Mais importante ainda, é a origem dessas peculiaridades, situada na forma de inserção subordinada e dependente das economias latino-americanas no quadro do sistema de divisão internacional do trabalho. Em *Subdesenvolvimento e estagnação*, Furtado destaca a formação colonial daqueles países, que determinou a constituição de uma estrutura fundiária altamente concentrada em que se formou uma abundante reserva de mão-de-obra de baixo custo, e uma proporcional concentração da renda.⁵ Nestas condições, a rápida integração dessas economias no mercado mundial em meados do século XIX, tendo proporcionado excepcionais ganhos de produtividade sem

3 FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

4 “Ocorre, entretanto, que, se bem as variáveis econômicas possam ser definidas com base em conceitos derivados de princípios gerais de economia, o comportamento dessas variáveis está condicionado por parâmetros institucionais, cujo conhecimento exige um estudo específico da realidade social. No caso latino-americano, essa realidade social apresenta peculiaridades, cujo conhecimento se requer para a compreensão do comportamento do sistema econômico.” *Ibidem*, p. 52.

5 *Ibidem*, pp. 57 e segs.

significativas alterações na estrutura produtiva, deu prosseguimento à tendência à concentração da renda, ao não distribuir o excedente gerado. Tal situação continuaria – e se agravaria – com o processo de industrialização. Posteriormente, Furtado torna sua referência ao esquema centro-periferia mais explícita, e demonstra que os efeitos da dependência vão muito além.

O ingresso das economias latino-americanas na civilização industrial havia ocorrido por meio de suas vantagens comparativas que possibilitaram sua notória posição enquanto exportadoras de matérias-primas para o centro industrializado. Como aponta Furtado:

O que nos interessa assinalar é que em amplas áreas o aumento de produtividade teve como origem quase única a ampliação do mercado. Destarte, a renda que permitiu elevar e diversificar os padrões de consumo decorria essencialmente de *vantagens comparativas* em transações internacionais e apenas secundariamente de transformações nas formas de produzir. (Furtado, 1972: p. 9)

Durante o período de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho, [...] o impulso primário dinamizador das economias da periferia não tinha origem no desenvolvimento de suas forças produtivas. [...] A rigor, eram os investimentos no centro (e os avanços técnicos a estes incorporados) que dinamizavam o conjunto do sistema em formação. Os efeitos desses investimentos eram percebidos na periferia sob a forma de uma demanda em expansão, a qual podia ser satisfeita mediante simples ativação no uso dos recursos disponíveis. (Furtado, 1981: p. 88)⁶

Ou seja, tais áreas se beneficiaram de grandes aumentos de produtividade derivados meramente da ampliação de seus mercados, sem modificações de mesmo grau nas técnicas de produção. Isto equivale dizer que era inerente à formação do sistema capitalista mundial uma assimilação desigual do progresso técnico, em que as revoluções na estrutura produtiva se operavam no centro, enquanto a periferia se limitava à modernização dos padrões de consumo da elite que se apropriava dos incrementos na produtividade econômica. Uma vez em crise o sistema tradicional de divisão internacional do trabalho, será a modernização que guiará o processo de industrialização dos países subdesenvolvidos, restringindo a difusão do progresso tecnológico às indústrias que alimentam o mercado modernizado e relativamente estreito das camadas de alta renda. Esse padrão de industrialização acarretará ineficiências no sistema produtivo, como expõe Furtado ao longo de sua obra.

O elemento decisivo para a perda de eficiência do sistema industrial são as modificações na composição da demanda, que orientam os investimentos para setores com progressivos problemas de escala frente a um mercado de dimensões cada vez mais limitadas. Ao entrar em crise o sistema de divisão internacional do trabalho, em 1929, as economias latino-americanas enfrentaram um processo de fechamento ao qual uma das respostas consistiu na industrialização – um esforço de modificação na

6 Cf. FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, p. 71.

estrutura produtiva de maneira a substituir importações. Mas essa industrialização se dará em condições muito particulares, que são a existência de uma oferta ilimitada de mão-de-obra e a estrutura de distribuição de renda extremamente desigual. Para Furtado, a industrialização em condições de subdesenvolvimento apresentará ineficiências em seu sistema produtivo-industrial, devido ao seu aspecto mais inerente: a modernização dos padrões de consumo. É a assimilação prioritária da diversificação de consumo que induz a industrialização apoiada em intensa capitalização, em benefício de uma minoria, restringindo as dimensões do mercado e a generalização do progresso tecnológico. Em suas palavras:

A verdade é que o processo de *modernização*, isto é, a assimilação do progresso tecnológico nos padrões de consumo, já alcançou elevado nível – pelo menos no que respeita a uma minoria da população – e continua a avançar rapidamente. Para acompanhar esse avanço a industrialização deve apoiar-se em intensa capitalização, o que não se compatibiliza facilmente com o nível médio de renda de um país subdesenvolvido. A solução que se tem encontrado, consiste, na prática, em realizar a industrialização em benefício de uma minoria da população, o que, salvo casos excepcionais, restringe as dimensões do mercado, com reflexos negativos na produtividade industrial. (Furtado, 1972: p. 11)

O que se pretende salientar é que, no contexto de uma economia subdesenvolvida, o impulso dinâmico é dado pelas modificações na composição da demanda, sendo a assimilação do progresso técnico mero reflexo dessa situação. O progresso técnico só é assimilado na medida em que o perfil da demanda se modifica, desempenhando papel oposto ao que representaria nas economias desenvolvidas, em que é ele mesmo o fator chave do desenvolvimento, ao elevar a produtividade do trabalho e o nível de renda e acumulação de capital. “[O] que caracteriza uma economia dependente é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais, que surgem inicialmente do lado da demanda”⁷, afirma o autor. Assim ocorreu quando o impulso da demanda de bens primários pelas economias centrais em industrialização viabilizou a expansão das exportações na periferia, mas também será assim com sua industrialização substitutiva, como veremos.⁸

A idéia está presente em Furtado desde o início do debate sobre a estagnação. Na formulação original, o autor enfoca a relação entre a tendência à concentração de renda e o próprio avanço do processo de industrialização por substituição de importações. Na primeira fase da industrialização, a taxa de lucro pode aumentar devido à reserva de mão-de-obra propiciada pelo “setor pré-capitalista”⁹,

7 FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968, p. 23.

8 A industrialização no Brasil “também tem sido uma forma de desenvolvimento do tipo dependente: o fator dinâmico, também neste caso se originou em modificações no perfil da demanda, cabendo à assimilação do progresso tecnológico um papel ancilar.” *Ibidem*, p. 23.

9 Furtado abandona rapidamente essa terminologia – *setor pré-capitalista, caráter semifeudal, dualismo, p.e.* – que gerou interpretações equivocadas e críticas injustas, para tratar o problema em termos mais precisos de heterogeneidade social.

que preserva a taxa de salário reduzida, e ao aumento dos preços relativos dos manufaturados – induzido pelas limitações aos importados, tais como alteração da taxa de câmbio e elevação de algumas tarifas. As indústrias poderiam operar em vários turnos, com mínimo investimento adicional, de forma que a relação produto-capital na indústria cresceria intensamente. A desigualdade na distribuição da renda tende a se agravar com a subida dos lucros, impulsionando maior demanda por bens duráveis e bens de capital, pressionando o balanço de pagamentos. O preço desses bens deve subir fortemente: de um lado, afeta de forma negativa a taxa de investimento, ao encarecer os equipamentos, significando que a taxa de crescimento da economia só poderá ser preservada se iniciar-se a substituição dos bens duráveis de consumo e equipamentos; por outro lado, quando seus preços relativos alcançam níveis consideravelmente elevados, sua produção interna torna-se economicamente viável, o que consiste na segunda fase da industrialização¹⁰. A tendência é o agravamento da concentração de renda, na medida em que avança a substituição de bens duráveis e equipamentos, setores tipicamente intensivos em capital, levando a um declínio na absorção de mão-de-obra do setor industrial. Assim sendo, entra-se em um processo cumulativo circular, em que as modificações na composição da demanda – decorrentes da diversificação do consumo das camadas favorecidas pela concentração da renda – orientam os investimentos para aqueles setores, agravando a tendência. Ao expandirem sua participação no conjunto da economia, sua elevada relação capital-trabalho implica maior parte da população subempregada e marginalizada, privada dos incrementos no excedente. É a minoria que se apropria desses ganhos que forma o novo mercado mais sofisticado. Uma vez que esses novos setores exigem maior dimensão de mercado devido às escalas de produção, deverão enfrentar as conseqüências de um mercado que se torna cada vez mais restringido. Como resultado dessas transformações, a relação produto-capital seguiria trajetória declinante. Afirmar Furtado:

[O processo de concentração] tende a elevar o coeficiente de capital, dando lugar a um mecanismo cumulativo pois a elevação do coeficiente de capital por unidade de emprego causa nova concentração de renda, se a taxa de salário se mantém estável. Por outro lado, tende a reduzir a taxa de crescimento, na medida em que provoca o declínio na relação produto-capital, em conseqüência da concentração de investimentos nas indústrias de bens duráveis de consumo, com respeito às quais são maiores os obstáculos causados pelas inadequadas dimensões do mercado [...]

(Furtado, 1966: pp. 80-1)

Cf., especialmente, FURTADO, Celso, *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Ed. Nacional, 1981, pp. 89-90.

10 Para uma apresentação detalhada dessa periodização do processo de industrialização por substituição de importações, ver FURTADO, *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, pp. 72 e segs. Ela é distinta daquela que Furtado apresenta, por exemplo, em FURTADO, *Um projeto para o Brasil*, pp. 24-30, em que a primeira fase diz respeito à limitada formação industrial anterior à crise de 1929.

Em suma, a queda da relação produto-capital é o sintoma mais visível da tendência à estagnação, que tem como causa as inadequadas dimensões do mercado induzidas pelo processo cumulativo de concentração da renda¹¹. O aumento do coeficiente de capital, acompanhando a rápida mudança nos padrões de consumo que exige a introdução de novos produtos, implica que o investimento por unidade de produção será maior do que seria no caso de a generalização do consumo de bens já existentes na economia. Passa a se exigir maior esforço de investimento – portanto, maior taxa de poupança prévia – para manter a mesma taxa de crescimento, o que não é compatível com o nível de renda – e poupança – das economias periféricas.

Em síntese: tudo se passa como se a existência de um setor pré-capitalista de caráter semifeudal em conjugação com um setor industrial que absorve uma tecnologia caracterizada por um coeficiente de capital rapidamente crescente, dessem origem a um padrão de distribuição de renda que tende a orientar a aplicação dos recursos produtivos de forma a reduzir a eficiência econômica destes e a concentrar ainda mais a renda, num processo de causação circular. (Furtado, 1966: p. 86)¹²

Aqui é retomada a questão do impulso dinâmico das modificações da demanda como característica do subdesenvolvimento, em suas principais implicações, do ponto de vista da perda de dinamismo da economia brasileira. As demais serão apresentadas na segunda parte deste trabalho, mas desde já vale transcrever o seguinte trecho:

“[O] que caracterizou a formação da periferia foi a dinamização da demanda – modernização – em condições de um relativo imobilismo social causado pelo lento desenvolvimento das forças produtivas. O que veio a chamar-se de subdesenvolvimento não é outra coisa senão a manifestação dessa disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação reprodutiva. [...] A característica básica da economia periférica consiste, portanto, numa dessimetria entre o sistema produtivo e a sociedade. Essa dessimetria manifesta-se sob a forma de heterogeneidade social e de rupturas e desníveis nos padrões de consumo.” (Furtado, 1981: pp. 89-90)

Portanto, o ponto essencial para Furtado é a deformação estrutural característica das economias subdesenvolvidas, uma estrutura de distribuição de renda que se traduz em perfil de demanda descontínuo, que por sua vez induz forma de assimilação do progresso tecnológico em um processo

11 A comparação com a agricultura de exportação ajuda a esclarecer esse ponto. A montagem do sistema industrial requer maior densidade de capital do que a empresa agro-exportadora, que pôde contar com o acesso a terras e mão-de-obra abundantes, sem transformar de modo significativo a estrutura produtiva prévia. Dessa forma, a elevada produtividade da agricultura de exportação era explicada pela inserção no mercado mundial em expansão e pela abundância de fatores – incorrendo em alta proporção produto-capital. Na indústria, as dificuldades no aproveitamento das economias de escala, face a um mercado de dimensões estreitas, produzem uma relação produto-capital menor do que aquela observada na agricultura de exportação. Aumenta a capitalização ao mesmo tempo em que se restringem as dimensões do mercado. Passa a se exigir maior taxa de poupança para manter a mesma taxa de crescimento do período exportador, devido à diferença na formação de capital entre indústria e agricultura. FURTADO, *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, pp. 74 e segs.

12 Furtado conclui: “No caso mais geral, o declínio na eficiência econômica provoca diretamente a estagnação econômica. Em casos particulares, a crescente concentração da renda e sua contrapartida de população subempregada que aflui para as zonas urbanas, criam tensões que, por si, são capazes de tornar inviável o processo de crescimento”. *Ibidem*, p. 86.

circular de causalidade entre concentração de renda e incorporação de tecnologia moderna. Tal perfil de demanda, marcado pelas profundas descontinuidades, determinou as formas da estrutura industrial. A assimilação do progresso técnico e seus ganhos de produtividade não redundaram em maiores salários, em um quadro de excedente estrutural de mão-de-obra e de um sistema industrial de caráter oligopolístico. A implantação de uma forma de organização da produção oligopolista não foi de forma alguma fortuita. O tipo de progresso técnico que se assimilava implicava a reprodução das estruturas observadas nas economias avançadas. Por outro lado, a entrada das empresas transnacionais – condicionada pela orientação do processo substitutivo e diversificação do consumo – reforçava essa tendência. Os ganhos de produtividade da incorporação de tecnologias avançadas não se transferem proporcionalmente para os trabalhadores e consumidores alimentando antes a concentração de renda, que induz a diversificação do consumo e prejudica a taxa de crescimento – exige maior esforço de investimento. Os grupos de alta renda podem se apropriar dos ganhos de produtividade, que têm como efeito diversificar o consumo desses grupos, traduzindo-se naquele perfil de demanda que limita o desenvolvimento do mercado interno, ou antes, gera um mercado fragmentado: “de um lado, está a massa da população, cujo poder de compra médio permanece praticamente estagnado; de outro está a minoria privilegiada com altos padrões de consumo em rápida diversificação.”¹³ No Brasil, como nas economias subdesenvolvidas em geral, não se estabelece a interação entre fluxo de salários e crescimento da produtividade do trabalho típica das economias centrais do capitalismo, que permite renovada expansão da produção via aumento do consumo. O fluxo de salários gerado mostra-se insuficiente para alimentar a demanda de bens finais – tanto pelo nível salarial médio reduzido quanto pela proporção relativamente baixa de população formalmente empregada. Logo, impede-se que se constituam dentro do sistema econômico brasileiro automatismos internos que permitam sua expansão sustentada.¹⁴ Podemos afirmar que o problema resume-se na intensa apropriação do excedente por parte das camadas privilegiadas que o utilizam em uma forma de consumo supérfluo¹⁵ prejudicial ao conjunto da sociedade.

Ou seja, o processo de concentração de renda, ao traduzir-se em diversificação das formas de consumo dos grupos de alta renda, ainda que beneficie as indústrias de bens de consumo duráveis, impõe limitações crescentes conforme torna o mercado estreito, gerando ineficiência no aproveitamento das economias de escala. A forma como evoluiu a estrutura de distribuição de renda no

13 FURTADO, Celso. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, pp. 27-8.

14 “Chamamos de *anel de feedback fundamental* a interação que existe entre o fluxo de salários e o crescimento da produtividade do trabalho; trata-se, em última instância, de interação entre as forças sociais que disputam os incrementos do produto e o progresso tecnológico que é a causa última desses incrementos.” *Ibidem*, p. 65 (nota de rodapé).

15 Sobre a noção de excedente, Cf. BARAN, Paul Alexander. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Brasil determinou, portanto, o desenvolvimento de uma estrutura produtiva que passa a funcionar freqüentemente com capacidade ociosa e custos de produção crescentes. De outra forma, verifica-se um desajuste entre a estrutura de oferta potencial e o perfil da demanda. Em síntese:

[...] como essas indústrias são exatamente aquelas que, em razão do progresso tecnológico, mais se beneficiam das economias de escala de produção, as reduzidas dimensões do mercado obrigam-nas a operar com custos relativamente altos. [...] [A] industrialização tende a realizar-se dentro de um canal cada vez mais estreito e num sentido cada vez mais contrário ao da tecnologia moderna, principalmente orientada para as economias de escala de produção. Em tais condições, pode-se criar um sistema industrial altamente integrado, formado de unidades modernas, mas de custos de produção relativamente elevados, em razão da inadequada dimensão das unidades produtivas. (Furtado, 1968: p. 42)

Além disso, há uma última distorção a se considerar na formação do sistema industrial brasileiro: as barreiras protecionistas e os subsídios do Estado que induziram o sobreinvestimento naqueles setores e a adoção de elevada dotação de capital – o que ajuda a explicar o viés da grande diversificação e capacidade ociosa que se manifestou no sistema industrial em formação. As políticas de incentivo do governo, tais como política de câmbio e de crédito, não contemplaram a possibilidade de escolha entre processos produtivos. Favoreceu-se a importação de equipamentos em detrimento da construção de estruturas e capital de giro, por exemplo. Nesse sentido, criaram-se condições artificiais para a elevação do coeficiente de capital e inclusive sobreinvestimento em capital fixo. “Uma das conseqüências dessa política foi levar muitos empresários a adotar métodos que implicavam elevada dotação de capital por operário, o que possivelmente explica o fato de a industrialização brasileira caracterizar-se por uma baixa capacidade criadora de novos empregos”, escreve Furtado, “assim como a ampla margem de capacidade ociosa”¹⁶. O Estado apropriava-se de parte do excedente e o transferia em benefício dos grupos industriais na forma de tais subsídios, explícitos e implícitos, de forma a agravar a tendência estrutural de lenta elevação dos salários e insuficiente geração de empregos. Conclui Furtado: “O custo social dessas medidas nunca foi explicitado, mas não resta dúvida de que ele tem sido considerável, pois vem transferindo para a propriedade de um grupo ínfimo de pessoas, vultosos recursos retirados pelo Poder Público à coletividade.”¹⁷

Ainda que Furtado estivesse mais interessado em realçar o problema da queda da taxa de crescimento, desde seu artigo fundamental sobre a crise há indicações de vias pelas quais algumas economias subdesenvolvidas poderiam seguir para prolongar o fôlego de seu dinamismo, sem transformações substanciais no complexo industrial existente e na estrutura social. Para manter uma

16 FURTADO, *op. cit.*, 1972, p. 42.

17 FURTADO, *Um projeto para o Brasil*, pp. 50-1. Para detalhes do financiamento da industrialização pela ação do Estado, Cf. FURTADO, *Análise do “modelo” brasileiro*, pp. 24 e segs.

taxa de crescimento estável, a contrapartida deveria ser uma taxa declinante de absorção de mão-de-obra e uma taxa crescente de poupança, para fazer frente à necessidade crescente de insumos de capital em relação ao fator trabalho. Dessa maneira, seria possível provocar aumentos na taxa de lucro, compensando os efeitos negativos do encarecimento dos equipamentos – ou seja, do investimento – sobre a poupança, como o autor aponta em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. “Sendo estável a taxa de salários [determinada exogenamente], a redução do insumo de mão-de-obra por unidade de produto, acarretará necessariamente elevação da taxa de lucro ou baixa no preço relativo dos produtos.”¹⁸ O que importa reter, entretanto, é que o dinamismo do sistema industrial da forma como havia sido moldado só poderia se assentar no agravamento do processo de concentração de renda: em uma primeira análise como contrapartida da maior taxa de lucro exigida para aumentar a poupança (e viabilizar os novos investimentos em capital), e em seguida como forma de assegurar mercado suficiente para os bens mais sofisticados – dito de outra forma, criando um perfil de demanda adequado às estruturas produtivas modernizadas. Há de se considerar, também, a maior dimensão relativa do mercado brasileiro quando comparado às outras economias latino-americanas.

Ali onde as dimensões reais e potenciais do mercado são relativamente grandes, como é o caso do Brasil, é perfeitamente concebível que as indústrias de bens de capital superem as dificuldades da primeira fase e venham a beneficiar-se de certas economias de escala [...] [As] dimensões mais amplas do mercado, conjugadas com uma importância relativa maior do setor pré-capitalista, criaram condições por um lado, para que fosse alcançada maior eficiência da indústria de bens de capital, por outro para que o processo de concentração de renda avançasse o suficiente para produzir na plenitude as suas conseqüências negativas econômicas e sociais. (Furtado, 1966: pp. 84-5)

Após a recuperação, Furtado terá melhores condições de aprofundar o argumento. É em *Análise do “modelo” brasileiro* que ele mostra que o fundamental para a recuperação foi a reorientação do processo de concentração de renda, por meio da intervenção do Estado, de forma a ampliar o mercado para bens duráveis. Ao dinamizar a demanda por esse tipo de bens, mostrou-se factível obter maior aproveitamento da capacidade instalada, dando acesso às economias de escala e aumentando a eficiência marginal dos investimentos.

A estratégia seguida [foi a] reorientação do processo de concentração de renda, de forma a que o mecanismo promotor dessa concentração atue, não somente no sentido de favorecer a formação de capital fixo, mas também – e de forma significativa – no de promover a ampliação do mercado de bens duráveis [...] captando economias de escala, elevando a eficiência marginal das inversões, aumentando a taxa de lucro e ampliando os recursos disponíveis para a formação de capital. (Furtado, 1972: pp. 39 e 40)

18 FURTADO, *op. cit.*, 1966, p. 84.

O primeiro passo foi a medida de arrocho salarial, que liberaria recursos para investimento e consumo das classes de alta renda. Contudo, a redução da taxa de salário real básico não poderia ser uma medida continuada, sendo insuficiente para assegurar uma demanda permanente e de adequada dimensão para os bens duráveis. A redução da taxa de salário tinha como limites o já baixo nível de vida da população e os impactos negativos que teria sobre o mercado de bens correntes de consumo, que implicaria em depressão de importantes setores de atividade econômica¹⁹. A solução deveria ser a geração de um processo de concentração dinâmica da renda, que permitisse captar efetivos ganhos de produtividade, e não apenas o ganho estático do arrocho salarial²⁰. Para isso, pressupunha-se a retomada da expansão mediante o impulso autônomo inicial da demanda. Isso foi possível dinamizando a demanda da classe média alta, um grupo mais amplo, e não apenas limitar os privilégios do crescimento aos proprietários de bens de capital. Ampliando os segmentos beneficiados pelos incrementos de produtividade, conferia-se adequadas dimensões ao mercado de bens duráveis.

Para tanto, havia de se criar um mecanismo que transferisse permanentemente renda para os consumidores de bens duráveis. Os principais mecanismos pelos quais se garantiu essa transferência foram a política de renda que elevou relativamente os salários superiores, abrindo o leque salarial, e a transformação de parte da classe média em um setor de semi-rentistas, beneficiados pela reforma financeira e pelo crédito para consumo abundante. Enfim, gerou-se um perfil de demanda conveniente ao sistema industrial, por meio da orientação de parte do excedente apropriado pelo Estado e pelo capital, visando formas de consumo modernizadas.

2. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – ACUMULAÇÃO E DEMANDA EFETIVA

*Além da estagnação*²¹ é resultado da colaboração entre Conceição Tavares e José Serra, em uma crítica à visão estagnacionista, representada por Furtado, e que tenta fornecer uma interpretação própria da crise da economia brasileira nos anos 60. Essa reflexão surge com o sentido de desvendar a

19 FURTADO, *op. cit.*, 1972, pp. 40-1.

20 Portanto, em Furtado, a contenção salarial teve papel limitado na retomada da expansão. “O impulso inicial ter-se-ia esgotado, entretanto, se os maiores recursos da classe média tivessem de ser buscados em novas e progressivas compressões do salário básico. Faz-se necessário canalizar para os consumidores de bens duráveis parte dos recursos criados pelo incremento de produtividade.” *Ibidem*, p. 50. “Que os salários hajam continuado a baixar, constitui simples aspecto da política social, sem qualquer vínculo com o mecanismo da expansão.” (p. 51) O excedente estrutural de mão-de-obra determina que, sempre que a economia entre em expansão, aumente o diferencial entre salários e produtividade.

21 TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José. “Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil”. In: SERRA, José (org.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 210-251.

natureza e contradições do desenvolvimento capitalista brasileiro ocorrido até aquele momento. Seu diagnóstico da crise era o ponto inicial de discordância com Furtado, já que viam a crise não como sinal de uma tendência à estagnação, mas como transição a uma nova etapa de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Na interpretação de Conceição Tavares, a crise decorria da queda na taxa de investimento, após o amadurecimento do pacote de investimentos complementares implementado pelo Plano de Metas. Representava, portanto, o esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações. A passagem para um novo estilo de desenvolvimento, dada a base produtiva já avançada, requeria um novo esquema de concentração de poder e renda e de inserção internacional, assim como de novos mecanismos que incentivassem a decisão empresarial de investimento. Essa reestruturação implicaria momentos de crise para readaptar a estrutura produtiva e gerar os novos padrões.

Logo, o problema da piora do desempenho econômico brasileiro residia na ausência de novos investimentos que dessem seqüência adequada ao pacote do Plano de Metas, ausência que tinha como determinantes os problemas de financiamento e de perfil da demanda. O financiamento ao investimento privado encontrava limites na relação excedentes-salários, enquanto o financiamento ao investimento público estava limitado pela relação gastos-carga tributária. A distribuição de renda com extrema concentração em uma reduzida minoria limitava a diversificação e expansão do consumo das classes médias, definindo o problema do perfil da demanda. A queda na taxa de investimentos tinha determinantes não apenas no volume de recursos, mas também na forma de mobilizá-los. Ao longo do processo de substituição de importações, o financiamento ocorrera por um esquema inflacionário, que permitiu amortecer a tensão salários-lucros e preservar artificialmente a rentabilidade esperada do capital – pela valorização dos ativos reais em relação à moeda desvalorizada e pela socialização de custos. Como resultado, ocorreu sobreinvestimento, que contribuiu para reduzir a relação produto-capital marginal, passo a passo com a generalização das margens de capacidade ociosa. O descontrole do processo inflacionário marcou o fim desse padrão de financiamento, com a “desmistificação” dos lucros ilusórios e maiores pressões trabalhistas que colocavam limites à redistribuição forçada a favor dos lucros. Como consequência, declinou a rentabilidade esperada do capital e o volume de recursos para investimento, de maneira a induzir forte redução na taxa global de investimento, elemento fundamental para explicar a crise dos anos 60.

Em suas formulações mais recentes²², Tavares aprimora sua visão da crise, sem no entanto romper com a linha fundamental de pensamento que já aparece no artigo acima mencionado. Nas análises posteriores, a crise aparece como resultado da desaceleração da atividade industrial ocasionada pelo esgotamento do *efeito acelerador*²³ do bloco de investimentos complementares do Plano de Metas. Foi esse bloco de investimentos, tendo gerado intenso efeito acelerador devido à sua complementaridade, que levou a capacidade produtiva a expandir-se muito à frente da demanda.

Um padrão de investimento como o assinalado e sua introdução de forma brusca e concentrada no tempo gera um poderoso efeito acelerador sobre a renda urbana e a capacidade produtiva do setor de bens de capital. Este efeito se acentua pelo alto grau de complementaridade tecnológica dos projetos de investimento, com efeitos dinâmicos, em cadeia, sobre as demandas intersetoriais dentro do próprio complexo industrial em expansão. (Tavares, 1985: p. 120)

[P]ara o ciclo de industrialização da segunda metade dos anos cinquenta, os efeitos desaceleradores, ao cumprir-se a implantação desse bloco de projetos, seriam não só inevitáveis como profundos, ainda quando se houvesse mantido a mesma taxa de investimento autônomo do governo. O desaparecimento do componente de demanda contida por importações diminui sobretudo o ritmo de expansão inicial da demanda corrente para os setores recém instalados. Mais grave, porém, é a diminuição da demanda induzida por investimentos privados, ao entrar em digestão a nova capacidade de oferta do setor de bens de produção e de bens de consumo duráveis. Ambos os fatores freiam o ritmo de acumulação e a taxa de expansão do setor industrial em seu conjunto. (Tavares, 1985: p. 124)

O ponto é a diminuição da demanda por investimentos privados frente à maior margem de capacidade ociosa, dado que a escala dos investimentos que haviam entrado em operação supera em muito a demanda corrente. Enquanto essa demanda não cresça o suficiente para ocupar a capacidade subutilizada, a taxa de investimento permanece deprimida em vista da falta de oportunidades rentáveis. Igualmente importante, a desaceleração teria sido ditada pelo movimento cíclico endógeno a que a economia brasileira passava a estar sujeita, uma vez atingido nível significativo dos setores produtores de bens de produção e de bens de consumo duráveis – o processo de acumulação passava a ser endogenamente determinado. Dito de outra forma, a desaceleração decorria da própria dinâmica de acumulação, portanto tendo raízes endógenas. “Os fatores de bloqueio passam a operar mais

22 TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985; *Idem*. “Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardío y periférico”. In: *Economía de América Latina*, Cidade do México: CIDE, n. 6, p. 21-42, 1981.

23 O mecanismo na base do efeito acelerador é o efeito das variações da demanda agregada sobre a utilização da capacidade produtiva e, portanto, sobre as decisões de investimento. Cf. POSSAS & BALTAR (1981: 110) para uma explicação sucinta desse efeito.

claramente por fatores endógenos ao próprio movimento cíclico de expansão e às políticas públicas de investimento.”²⁴

Seus elementos fundamentais são buscados em duas ordens de problemas, que são desdobramentos da própria desaceleração em condições de acumulação oligopólica, que transformam a desaceleração em crise: o desajuste dinâmico entre as estruturas de oferta e demanda; e o problema de realização de um potencial de acumulação crescente. Os primeiros dizem respeito às desproporções entre os três departamentos de produção – bens de produção, bens de consumo duráveis e bens de consumo não-duráveis – que Tavares analisa por meio de um esquema kaleckiano. Os segundos fazem referência à superacumulação, em uma estrutura oligopolizada e subdesenvolvida.

Os problemas de desajuste dinâmico entre a estrutura de demanda e a capacidade produtiva recém-instalada significam nada mais do que o fato de que os novos setores estavam superdimensionados em relação à demanda corrente, devido à escala mínima para operação e às (até então) fartas oportunidades de investimento. Esgotadas as reservas de mercado, a preservação das taxas de acumulação e expansão requeria uma estrutura de crescimento “equilibrado” entre os setores, difícil devido às desproporções criadas pelo salto na capacidade instalada. Como afirma Tavares:

Uma vez esgotadas as reservas de mercado pré-existentes, para manter a taxa global de acumulação e de expansão da indústria não basta manter elevadas as margens de lucro e portanto resolver os problemas da demanda corrente em cada setor ou empresa. É necessário garantir uma estrutura de crescimento “equilibrado” entre os distintos setores. Ora, isto era extremamente difícil, uma vez que o salto na nova capacidade instalada criava fortes desproporções entre a estrutura produtiva e a dinâmica de crescimento da demanda dos novos setores da economia. (Tavares, 1985: p. 126)

O caso mais grave é o do departamento de bens de produção – o D_I . Como vimos, o efeito acelerador determinou nesse setor uma forte desproporção entre estruturas de oferta e demanda, com enormes margens de capacidade ociosa e falta de oportunidades de investimento. Além disso, também tem que enfrentar problemas de demanda corrente, visto que o setor público, com problemas de financiamento, vinha reduzindo os gastos de capital.

O setor de bens duráveis (D_{II}) estava sujeito mais propriamente a um desajuste potencial entre ritmo de expansão da demanda (restringida) e capacidade de produção/acumulação. Sua desaceleração teve impacto nas demandas intersetoriais, agravando a tendência descendente do ciclo.

24 TAVARES, *op. cit.*, 1981, p. 32. “Cuanto más rápida sea la industrialización liderada por los bienes de consumo durable y por los bienes de capital en condiciones de subdesarrollo, tanto mayor será la tendencia a las fluctuaciones acentuadas. Los efectos aceleradores incluidos en el interior de los sectores de bienes de producción, amplían su capacidad productiva mucho más allá de los niveles de demanda interindustrial corriente. Aparecen, así, grandes márgenes de capacidad ociosa que frenan el ritmo de inversión industrial, con lo cual la reversión del ciclo tiende a producirse en forma acentuada y por razones claramente internas.”

Por fim, o D_{III} , produtor de bens de consumo não-duráveis, entra em crise devido à desaceleração global e à quebra do nível médio do salário real. É um setor levado a reboque pelos setores líderes da economia, sendo a taxa de acumulação urbana, via taxa de variação do emprego, o determinante de seus movimentos.

Há ainda os problemas de realização de um potencial de acumulação crescente. A economia brasileira apresentaria uma tendência à sobreacumulação, tipicamente mais grave tratando-se de estruturas oligopólicas subdesenvolvidas. Nessa situação, os ganhos de produtividade não são transferidos proporcionalmente a preços e salários, sendo retidos pelas empresas²⁵. “Compreende-se, pois, por que as margens brutas de lucro, ou seja, o grau de monopólio (no sentido kaleckiano), aumentou fortemente na indústria durante todo o período de industrialização”²⁶. Dado o aumento nas margens de capacidade ociosa, a taxa de crescimento deveria acelerar-se para não gerar problemas de insuficiência dinâmica da demanda, para ocupar progressivamente a capacidade e, mais importante, permitir que se realize a acumulação, em níveis crescentes. O que vinha ocorrendo era a esterilização do potencial de acumulação, pois frente à falta de oportunidades de investimento rentável, as empresas retinham o lucro e faziam aplicações patrimoniais – um excesso de poupança interna. “[I]ncrementa-se o potencial de acumulação, mas é esterilizado, uma vez que não aumenta a taxa real de investimentos da indústria nem se consegue, pela via fiscal ou financeira, reorientar os excedentes para setores deficitários como o próprio setor público.”²⁷

O potencial de acumulação não havia afetado os determinantes do investimento. Como mostra a autora, as tendências da demanda, a capacidade subutilizada e o excesso de poupança interna (das empresas) sem aplicação produtiva, atuando em confluência, deprimem a taxa de investimento, dado seu impacto negativo sobre a taxa de lucro esperada. É a queda da taxa de investimento que provoca uma queda na taxa de emprego e leva à generalização do problema de insuficiência de demanda efetiva na economia²⁸. Como já se apontava em *Além da estagnação*, o “novo padrão de desenvolvimento” não estava livre de contradições: constitui-se um esquema de acumulação polarizada no setor moderno, em que a geração acelerada de excedente confronta-se com restrições na sua realização. Por essa razão, o sistema buscaria recorrentemente desconcentrar e reconcentrar a renda, permitindo ampliar o mercado segundo as características de cada etapa de expansão.

25 “Do ponto de vista de estruturas oligopólicas em economias subdesenvolvidas, os problemas se agravam dada a assimetria que existe nas estruturas de crescimento, isto é, dado o desigual poder monopólico entre os distintos setores produtivos e, particularmente, entre as empresas e os sindicatos. Estas características estruturais de mercado tendem a produzir um afastamento crescente entre produtividade e salários, sem que se resolva necessariamente o problema da taxa global de acumulação e de emprego a longo prazo.” TAVARES, *op. cit.*, 1985, p.139.

26 TAVARES, *op. cit.*, 1985, p. 140.

27 *Ibidem*, pp. 140-1.

28 *Ibidem*, p. 141.

A passagem da desaceleração à crise conjuntural foi em grande medida resultado da própria tentativa do governo de impedir a desaceleração, com a política econômica implantada em 1963. A tentativa simultânea de redistribuir a renda a favor dos trabalhadores e de conter a inflação – mediante corte no gasto público, aperto monetário e redução do crédito ao setor privado – engendrou a depressão, tendo reduzido ainda mais o nível de demanda agregada. A queda no investimento público e a restrição à remessa de lucros sobre o capital estrangeiro agravaram a depressão, uma vez que, segundo Tavares, constituíam-se em elementos autônomos que teriam capacidade de compensar a crise de demanda corrente.

A autora procura explicitar que a desaceleração era inevitável frente ao grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas, e que é em conjunção com a crise de demanda corrente detonada pela política econômica de 1963 – uma crise conjuntural, definida como crise de estabilização – que se acentuam os efeitos depressivos. É importante, portanto, notar que a crise seria a soma de um componente estrutural (“dinâmica normal de um ciclo”) e um elemento conjuntural (crise de estabilização), sendo que o primeiro afetou diretamente os determinantes do investimento e o segundo, o nível de demanda corrente.

Em seguida, com a nova política econômica adotada pelo regime militar, são freados os mecanismos tradicionais de financiamento originários da década de 50 – políticas cambial, de crédito, de salários e déficit público – ao mesmo tempo em que se eleva a carga tributária e comprimem-se drasticamente os salários. Essas medidas são vistas como funcionais para a passagem a um novo padrão de desenvolvimento, visto que empresas marginais foram eliminadas, promovendo a reconcentração do capital e resolvendo em parte o problema de capacidade ociosa da economia. Quanto à política de compressão dos salários reais, foi favorável aos lucros das empresas sobreviventes, que assim tiveram melhores condições para atender as emergências financeiras e em seguida retomar a expansão. Do ponto de vista do dinamismo capitalista, essa política econômica foi positivamente estimulante, tendo sido a redução absoluta dos salários fonte essencial para o financiamento da recuperação a partir da segunda metade dos anos 60.

As limitações a novos investimentos estavam ligadas aos problemas de financiamento e do perfil da demanda; logo, a solução para a retomada do crescimento a taxas elevadas estava em atacar diretamente essas fragilidades, o que Tavares explicita em dois pontos: em primeiro lugar, era preciso alterar a estrutura da demanda, o que seria possível através da redistribuição da renda para cima, favorecendo as camadas médias e altas e permitindo a diversificação e expansão do consumo de bens duráveis, e aumentando a relação excedente-salários por meio da compressão dos salários de base, auxiliando o financiamento privado – estratégia seguida após o golpe de 1964; em segundo lugar,

visando consolidar um novo padrão de financiamento, foram essenciais as reformas tributária e do mercado de capitais, possibilitando a retomada dos investimentos públicos e privados.

O setor moderno no Brasil concentrava crescentemente a circulação do excedente, devido ao padrão de distribuição de renda que assegurou a demanda por bens conspícuos ligados aos setores dinâmicos e à atuação do Estado – que orientou investimentos públicos para fornecer economias externas às atividades daquele setor e pela política econômica (cambial, salarial e de financiamento) favorável ao consumo moderno. Além disso, o Brasil detinha certas particularidades que permitiram seu ingresso na nova fase de desenvolvimento capitalista e que determinaram a expansão. Entre elas, Tavares destaca a maior importância e complementaridade dos setores de ponta e a intensa solidariedade orgânica entre Estado e capitalismo internacional – que se acentua na ditadura militar, dado o menor comprometimento com a burguesia nacional – constituindo um núcleo integrado de expansão.

O essencial, em Tavares, é que a recuperação deveria ocorrer através dos agentes com capacidade de produzir um aumento na demanda efetiva, simultaneamente a uma elevação na taxa de acumulação. Deveria gerar-se uma demanda adequada à capacidade ociosa e ao padrão de crescimento em curso, reativando a demanda por bens de consumo duráveis e de produção. O setor público e o consumo capitalista tiveram papel fundamental, favorecidos pela reforma financeira e a redistribuição de renda. Foram necessárias as decisões autônomas de investimento, destacadamente o Estado em associação com o capital estrangeiro, que sustentassem a rápida ampliação de capacidade produtiva dos setores líderes, mediante seus gastos de capital. As condições de financiamento interno e externo favoráveis, após a reforma fiscal de 1966 e o financiamento internacional abundante, viabilizaram tais dispêndios, que levaram à recuperação do D_I . As mudanças na estrutura de demanda urbana, via novos esquemas de financiamento e redistribuição regressiva da renda, forneceram as condições para que o D_{II} se recuperasse. Finalmente, com a aceleração dos setores dinâmicos e o conseqüente aumento na taxa de acumulação urbana, o D_{III} reagiu e voltou a se expandir, já avançado o novo ciclo de expansão. O gasto capitalista tem papel primordial, pois é o aumento acelerado da taxa de acumulação e do consumo capitalista dele decorrentes que levam a uma expansão no emprego e à recuperação do D_{III} , pela expansão do consumo dos trabalhadores. Em outras palavras, “para que os assalariados de base possam consumir mais requer-se que os capitalistas gastem primeiro proporcionalmente muito mais”²⁹, alavancando o processo de acumulação.

29 TAVARES, *op. cit.*, 1985. p. 142.

II. O SENTIDO DAS INTERPRETAÇÕES

Tendo sido expostas as linhas fundamentais da interpretação que cada um dos autores em questão oferece sobre a crise dos anos 1960, pretendemos colocar em evidência o sentido por trás de suas respectivas análises. Isso será possível confrontando o que há de específico em cada uma das interpretações, isto é, de suas principais divergências. Estabelecendo esse breve diálogo entre os autores, será inevitável, ainda que precariamente, tornar explícita algumas concepções teóricas que norteiam seu pensamento. Concluída essa tarefa, espera-se que tenham sido apresentados elementos suficientes para dar base às conclusões.

O artigo de Conceição Tavares e José Serra, ao contrapor-se à visão estagnacionista que tinha Furtado como seu maior expoente, em termos de uma apresentação formal³⁰, deixa claro desde o princípio a ruptura fundamental com a linha de pensamento de Furtado. Em Furtado, conforme vimos, a crise decorreu do estreitamento do mercado face à diversificação do consumo de elite, ou seja, a contrapartida da grande maioria da população não incorporada.³¹ Para Tavares, a marginalização social não representa empecilho ao desenvolvimento da economia, uma vez que ela coloca o problema não na extensão que o mercado nacional deve ter, mas na dinâmica desse mercado – em outras palavras, é uma questão de magnitude do excedente intercambiável, e não do número de pessoas que possa constituir o mercado.³² Por essa razão é que Tavares afirma:

Marginalidade, desemprego estrutural, infraconsumo etc. não constituem, em si mesmos, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica econômica capitalista, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os

30 Deixamos de abordar a crítica de Tavares e Serra às hipóteses excessivamente simplificadores – igualação das taxas de lucro, salários estáveis, etc. – e à formalização – relação produto-capital, p.e. – em moldes neoclássicos de Furtado em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* por não julgarmos atingirem o essencial. As críticas são justas, na medida em que Furtado, na tentativa de fornecer maior rigor formal à idéia de tendência à estagnação, desviou a atenção do que é essencial: o estreitamento do mercado conforme avança a substituição de importações, que determina mal aproveitamento das economias de escala e, portanto, deprime a relação produto-capital, como foi mostrado na parte I. Tanto é verdade que em seguida Furtado abandona o modelo “neoclássico”. Para a crítica, ver TAVARES & SERRA, *op.cit.*, pp. 215-8, especialmente.

31 Retomaremos essa idéia em seguida, para explorar suas implicações em oposição à visão de Tavares.

32 “Chega-se, em certos casos, a supor que, à medida que as economias [latino-americanas] crescem, o mercado deve estreitar-se, dado que um maior número de pessoas vai permanecendo de fora. Ou seja, tudo parecia ocorrer como se a dimensão do mercado dependesse mais no número de pessoas que o integram que da magnitude do excedente econômico intercambiável.” TAVARES & SERRA, *op. cit.*, pp. 212-3.

problemas referentes à absorção de poupanças, oportunidades de investimento etc. (Tavares & Serra, 1976: p. 212)

Está feita a separação analítica entre problemas de marginalidade e os problemas de dinâmica capitalista. Os elementos determinantes da perda de dinamismo da economia devem ser buscados nesta última ordem de problemas, enquanto os primeiros não passariam de um legado histórico – resultado do atraso nas estruturas sociais e políticas de países como o Brasil – independentes do processo de acumulação em andamento. A idéia não é exclusiva de *Além da estagnação*, mas consiste antes no cerne da reflexão da autora, em contraposição a Furtado, como será detalhado nos próximos parágrafos. Tanto que, anos depois, Tavares retoma o mesmo argumento com mais propriedade:

Em síntese, para entender o quadro completo da chamada “heterogeneidade estrutural” de nossas sociedades, nos vemos obrigados a separar analiticamente os problemas da dinâmica da industrialização tardia, daqueles que emergem da formação histórica de nossas sociedades nacionais.

Os primeiros derivam do avanço desigual, e periodicamente bloqueado, das forças produtivas capitalistas, que se dá através da reprodução – em breve lapso e em um espaço econômico reduzido – das bases técnicas de um sistema industrial que alcançou um grau de desenvolvimento superior e transnacionalizado, a partir de suas bases nacionais de origem. A esses desequilíbrios estruturais se pode chamar problemas de “modernidade” do capitalismo “tardio”.

Os últimos, em particular a pobreza absoluta e a marginalização, estão determinados em primeira instância pelo *atraso* econômico, político e social que subsiste em nossas sociedades, como seqüela do próprio processo de formação histórica de certos Estados nacionais periféricos. Os problemas do atraso seguem centrados na questão agrária, do emprego e da organização política do Estado, o que vai muito mais além de sua localização na periferia do centro industrial originário, e está muito aquém, em sua realidade histórica, dos efeitos da moderna transnacionalização operada a partir do segundo centro hegemônico. (Tavares, 1981: p. 23 – tradução própria)

Não seria possível deduzir nenhuma tendência à estagnação desse quadro.

Para compreender a fundo essa opção analítica, é preciso levar em conta qual o foco e qual o objetivo estão na base dos escritos da autora, desde *Além da estagnação*. Sua reflexão está assentada no debate sobre as características do desenvolvimento brasileiro contemporâneo -- no caso particular, o ciclo de expansão e recuperação. Mas, como é possível perceber, não se trata de qualquer forma de desenvolvimento, mas o desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil. Isto é, o objetivo focado por Tavares são a “natureza e contradições do desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil”³³, ou “as formas particulares que assumem na economia brasileira os elementos básicos que presidem o

33 KORNIS, George Edward Machado. *Repensando o PAEG: uma revisão das análises da política econômica brasileira, 1964/1966*. Campinas, 1983, p. 1.

funcionamento de uma economia capitalista.”³⁴ Portanto, a autora está preocupada em tratar a economia brasileira do ponto de vista de dinâmica capitalista, de um movimento cíclico próprio às economias capitalistas, ainda que em formas peculiares assumidas em economias retardatárias: “trataremos da forma mais resumida e analítica possível, os problemas da dinâmica capitalista em economias que, ainda que atrasadas, já alcançaram um grau de desenvolvimento que torna dominante o capital industrial, no movimento de acumulação capitalista.”³⁵

Desde este enfoque, já se pode dar sentido mais profundo àquela separação analítica entre os problemas do “atraso” – marginalidade, pobreza, etc. – e os de desenvolvimento capitalista e seu processo de acumulação. Mas é preciso ir além.

De um lado, devemos nos perguntar quais são os fatores que colocam em movimento uma economia tipicamente capitalista – ou seja, o que determina a dinâmica capitalista sob este ponto de vista. Por outro lado, é necessário compreender por que essa mesma dinâmica está livre da influência daquelas condições de atraso social já apontadas e tão caras a Furtado em sua reflexão. Obviamente, ambas as questões encontram-se entrelaçadas, sendo apenas um recurso expositivo tomá-las em separado. As indicações de respostas podem ser facilmente identificadas em Tavares. De certa forma, alguns desses problemas já foram tratados na parte anterior deste trabalho. Cabe agora retomá-los sob outra perspectiva.

São “categorias relacionadas com o comportamento (como a taxa de lucro esperada)” que permitem “explicar a dinâmica de uma economia capitalista. Ao tomar suas decisões de investimento, o empresário está preocupado com a taxa de lucro que poderá obter, ou seja, o fundamental será o lucro esperado sobre o investimento que virá a realizar.”³⁶ O que se pretende colocar em evidência é o papel primordial dos gastos autônomos – o gasto capitalista e do setor público – na determinação do movimento cíclico das economias capitalistas. Como foi visto, são eles que permitiriam alavancar a recuperação brasileira após a crise, na visão de Tavares. É o dispêndio autônomo que determina o nível dos lucros e da renda, o processo de acumulação, enfim, em oposição aos gastos derivados – notavelmente o consumo dos trabalhadores. Essa formulação é nitidamente inspirada em Kalecki, como exposto a seguir:

Como o salário de base da mão-de-obra é um componente do custo de *todas* as empresas e de demanda só para algumas, para que os assalariados de base possam consumir mais requer-se que os capitalistas gastem primeiro proporcionalmente muito mais. Como bem observou Kalecki, “os capitalistas ganham o que gastam e os trabalhadores gastam o que ganham”. (Tavares, 1985: p. 142)

34 TAVARES & SERRA, *op. cit.*, p. 211.

35 TAVARES, *op. cit.*, 1981, pp. 23-4.

36 TAVARES & SERRA, *op. cit.*, p. 215.

Logo, o que importa de fato para a dinâmica do mercado é o nível de **demanda efetiva**, que depende fundamentalmente de agentes com capacidade de gasto não limitado pelo nível de renda (ganho, recebimento) – em suma, os capitalistas e o setor público, pelas suas despesas em investimento.³⁷

Vejamos outro ângulo do problema. Segundo Tavares, o capitalismo brasileiro conseguiu “estabelecer um esquema que possibilita a autogeração de fontes internas de estímulo e expansão, que confere dinamismo ao sistema”³⁸, a despeito da acentuada desigualdade social, pois esse tipo de dinamismo “depende cada vez menos da demanda final de bens de consumo.”³⁹ Aqui se levanta a questão da autodeterminação do capital que se segue à implantação do setor de bens de produção (D₁) na economia. O significado que o mercado nacional tem para a perspectiva adotada por Conceição Tavares ficará mais claro a partir desse ponto.

A economia brasileira, depois que seu processo de acumulação passou a estar basicamente determinado endogenamente pela expansão e diversificação do setor industrial, vale dizer, alcançada determinada dimensão dos setores produtores de bens de produção e de consumo duráveis, está sujeita a ciclos de expansão e a problemas de realização que podem ou não se desenvolver numa crise, como em qualquer economia capitalista. (Tavares, 1985: p. 117)

Isto significa que se havia completado no Brasil – com a industrialização pesada – a transição ao modo de produção especificamente capitalista, pois chegara a termo o processo de constituição da base material do capitalismo – ou seja, o processo de formação das forças produtivas capitalistas. É como aponta Cardoso de Mello:

Deste ponto de vista, pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas em termos de **processo de criação das bases materiais do capitalismo**. Quer dizer, em termos da **constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital**, vale dizer, de **libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital**. (Mello, 1998: p. 103)

O processo de acumulação de capital liberta-se porque, daí em diante, está estabelecido um esquema endógeno de acumulação, um ciclo endógeno de expansão, liderado pelo departamento de bens de produção. Mais importante para o que temos em vista, o processo de acumulação e de

37 Para uma boa discussão do conceito de demanda efetiva em Kalecki, Cf. POSSAS, Mario Luiz & BALTAR, Paulo E. A. “Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki”, 1981. “Assim, por exemplo, embora investimento, consumo e renda sejam simultaneamente magnitudes de gasto e de ganho, é a primeira característica e não a segunda que adquire um caráter determinante, de variável ‘independente’.” (p. 109) “[O] nível agregado de um tipo qualquer de dispêndio – por exemplo, o investimento – decorre de um conjunto de decisões independentes, tomadas pelas unidades econômicas, que não guardam relação necessária com o nível de renda. Em conseqüência, o montante desse dispêndio também resultará, em princípio, independente do nível de renda. Logo, uma vez que a identidade entre renda e dispêndio deve necessariamente ser mantida em qualquer período de tempo, conclui-se que, a nível agregado, o dispêndio determina a renda, e não o contrário.” (p. 114)

38 TAVARES & SERRA, *op. cit.*, p. 212.

39 TAVARES, *op. cit.*, 1981, p. 32.

realização liberta-se do “consumo pessoal” – a dinâmica do mercado interno dependerá menos da demanda por artigos de consumo do que dos meios de produção.

O movimento do capital – como tem em vista Tavares – em busca de crescente valorização, e a pressão exercida pela concorrência induzem os capitalistas a revolucionarem ininterruptamente as técnicas produtivas, tornando redundante o emprego de trabalho na produção, assim extraindo mais-valia adicional. É esse movimento de criação de força de trabalho redundante, de uma superpopulação relativa, que torna emprego e salários subordinados à própria acumulação de capital, determinando aquele papel dependente do consumo pessoal dos trabalhadores. Os salários serão determinados em um mercado de trabalho que se molda às exigências do capital, conforme se expande ou se contrai o exército industrial de reserva. Em outras palavras, o capital se liberta das eventuais restrições no mercado de trabalho. Oliveira (1977) oferece a seguinte síntese do papel essencial do D_1 na formação do capitalismo:

Ora, como vimos, a capacidade de regular salários e mercado de trabalho, subordinando os trabalhadores ao movimento da acumulação do capital, é dada, fundamentalmente, pelo caráter essencialmente revolucionário das técnicas no regime de produção capitalista. Como as inovações em S_1 são as determinantes, fica claro por que se fixou o momento final do processo de constituição das forças produtivas capitalistas na constituição de S_1 que produza como grande indústria. Ou seja, somente a partir deste momento é que se tornam possíveis as constantes revoluções técnicas, imprimindo à acumulação um caráter especificamente capitalista. Neste sentido a existência de um Setor I, que opera como grande indústria, autonomiza o progresso técnico. (Oliveira, 1977: pp. 52-3)

Por fim, o que se deve destacar é que, dada a expansão mais acelerado do setor de bens de produção, é o consumo produtivo (investimento) o determinante principal do crescimento do mercado interno nesta abordagem teórica.

A partir dessa exposição, conclui-se nada mais do que o papel subordinado do consumo dos trabalhadores, encarado como variável dependente, na dinâmica capitalista. Voltamos à preeminência do princípio da demanda efetiva – a renda é determinada pelos gastos autônomos de capital. Completamos -- sintética e precariamente, mas cumprindo seu propósito – o quadro analítico a partir do qual Tavares pensa a evolução da economia brasileira e que justifica sua opção pela separação analítica entre os problemas de marginalidade e os de dinâmica capitalista. Nada mais é do que decorrência de seu ponto de partida com respeito aos conceitos e ao referencial teórico. Para o funcionamento do ciclo, de nada importa a incorporação das massas ao mercado nacional e aos setores modernos. Em suma:

Noutros termos, o que se afirma é que o capitalismo brasileiro pode desenvolver-se “muito bem, obrigado” enquanto que a maioria da população vive, ou melhor, sobrevive em meio a graves privações econômicas devido justamente ao seu padrão de dinamismo. (Kornis, 1983: p. 11)

A abordagem de Furtado é diametralmente oposta. Tomemos como ponto de partida o que ele entende por **desenvolvimento endógeno**. Colocado de maneira simples, a endogeneidade é entendida como a capacidade que uma sociedade tem para conduzir o processo acumulativo de acordo com prioridades estabelecidas por essa mesma coletividade⁴⁰. Portanto, o sentido de um desenvolvimento autônomo é oposto ao de desenvolvimento dependente que, conforme visto, tem como fonte de transformação da estrutura produtiva as modificações na composição da demanda. Essas modificações constituem o processo de modernização dos padrões de consumo, que em sua essência é a assimilação de um estilo de vida ditado do exterior, fruto dos vínculos de dependência da inserção subordinada no sistema capitalista mundial. Assim, o desenvolvimento endógeno contrapõe-se a um “desenvolvimento” dependente e induzido por decisões que, em primeira instância, emanam do centro.

Ora, é nesta condição de dependência cultural e tecnológica⁴¹ que Furtado localizou as raízes da perda de dinamismo da economia brasileira nos anos 60, apesar do elevado grau de integração atingido pelo nosso sistema industrial. Fica evidente a distinção em relação a Tavares, que vê na recuperação econômica justamente a manifestação dessa integração. Escreve Furtado:

Na medida em que os padrões de consumo da minoria, que se apropria do excedente, devem acompanhar o estilo de vida dos países que lideram o progresso tecnológico (e se instalaram em elevado nível de capitalização), qualquer tentativa visando a “adaptar” a tecnologia será repudiada. Se se tem em conta que a situação de dependência está sendo permanentemente reforçada, mediante a introdução de novos produtos (cuja produção requer o uso de técnicas cada vez mais sofisticadas e dotações crescentes de capital), torna-se evidente que o avanço da industrialização faz-se simultaneamente com a concentração da renda. Daí que o crescimento econômico tende a depender mais e mais da capacidade das classes que se apropriam do excedente, para forçar a maioria da população a aceitar crescentes desigualdades sociais. (Furtado, 1989: p. 12)

Como entender a profunda preocupação do autor com respeito à reduzida incorporação das massas no mercado interno, como fator limitante do desenvolvimento? Há dois pontos que podem ser derivados do que acabou de ser visto acima, e que são fundamentais na linha de pensamento do autor que se está tentando esboçar. Em primeiro lugar, tratar a questão do desenvolvimento tão somente do ponto de vista da acumulação – isto é, da difusão das técnicas – “é perder de vista que as técnicas não são outra coisa que formas de comportamento, cuja racionalidade não é independente de fins

40 FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 108.

41 “A idéia de *dependência tecnológica* permitiu articular os distintos elementos que estão na base desse problema. A modernização não seria apenas a adoção de novas constelações de valores. Ela impõe a introdução de padrões de consumo, sob a forma de novos produtos finais, que correspondem a um grau de acumulação e de sofisticação técnica que não existe na sociedade que se moderniza. A utilização do excedente gerado pela especialização internacional no financiamento do consumo de uma minoria da população permite contornar o obstáculo de insuficiência de recursos mas não o do atraso tecnológico. A reprodução, mediante a industrialização substitutiva de importações, das estruturas sociais modernizadas tende a perpetuar a dependência tecnológica.” *Ibidem*, p. 116.

preestabelecidos.”⁴² Não é possível tratar da técnica sem levar em conta que ela não é independente de determinados fins, que se referem aos objetivos que se tem em vista atingir mediante o emprego dessa técnica. A acumulação propicia à coletividade os meios que viabilizam a perseguição de certos fins. As técnicas trazem implicitamente algum estilo de vida como referência. É a assimilação distorcida do progresso técnico, sem equivalente renovação no nível dos fins – ou seja, dos valores – que explica o subdesenvolvimento, como já apontado em outros termos.

Foi como rejeição dessa visão simplista da difusão da civilização industrial que se perfilou a teoria do subdesenvolvimento, cujo objeto central de estudo são as malformações sociais engendradas nesse processo de difusão. A denúncia do falso neutralismo das técnicas permitiu que se restituísse visibilidade a essa dimensão oculta do desenvolvimento que é a criação de valores substantivos. (Furtado, 1984: p. 108)

Logo, não se pode fazer essa discussão sem referência a algum sistema de valores, ou seja, à cultura.

Em segundo, é preciso levar em conta a noção de excedente social. O excedente social consiste na produção que excede o consumo mínimo exigido por uma sociedade para sua simples reprodução. É a elevação da produtividade do trabalho que gera o excedente, por um lado. Contudo, de outro lado, a condição para que o excedente se materialize é a estratificação social, que permite impôr barreiras de modo que as necessidades básicas permaneçam em baixo nível para a coletividade. “A teoria do excedente liga-se à teoria da estratificação social e, por intermédio desta, ao estudo das formas de dominação que engendram as desigualdades na repartição do produto social, ou definem as opções a tomar na utilização do excedente.”⁴³

A existência do excedente social abre um horizonte de opções para a coletividade, que se orienta pelo seu conjunto de valores para decidir qual deve ser a destinação dada ao excedente. Nessa circunstâncias, a depender de quais grupos irão se apropriar do excedente, teremos aplicações diferentes dadas a ele. No caso do Brasil e dos demais países subdesenvolvidos, a maior parte do excedente acaba tendo como função o financiamento da diversificação do consumo das classes dominantes. “Em todo caso, o excedente retido na periferia desempenhará papel fundamental no processo de aculturação que nela tem lugar, operando como vetor dos hábitos de consumo das economias dominantes.”⁴⁴ Tendo isso em conta, pode se compreender por que a preocupação de Furtado, ao analisar as potencialidades da economia nacional, volta-se recorrentemente para o problema da distribuição de renda – portanto, da estrutura social e das formas de apropriação do

42 FURTADO, Celso. “Entre inconformismo e reformismo”. In: *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 4, p. 6-28, out./dez. 1989. p. 13.

43 *Ibidem*, p. 14.

44 FURTADO, *op. cit.*, 1984, p. 112. Para uma apresentação das formas como o excedente é apropriado na periferia, ver *Ibidem*, pp. 112-5, principalmente. Cf. também FURTADO, *op. cit.*, 1981.

excedente – e para os elementos culturais – por exemplo, o mimetismo em relação ao estilo de vida dos países centrais do capitalismo. Ele está preocupado fundamentalmente com as **opções** que se abrem conforme avança a acumulação – mais precisamente, com um horizonte de possibilidades que possa incluir a satisfação das necessidades essenciais de uma coletividade humana.

Retornamos ao ponto inicialmente levantado da endogeneidade em Furtado: “A endogeneidade outra coisa não é senão a faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas.”⁴⁵ Não por acaso, o conceito de desenvolvimento aparece nesse autor de forma bastante precisa como o processo de transformação das estruturas sociais em função de objetivos os quais a sociedade se propõe alcançar. “O desenvolvimento, demais de ser o fenômeno de aumento de produtividade do fator trabalho que interessa ao economista, é um processo de adaptação das estruturas sociais a um horizonte em expansão de possibilidades abertas ao homem.”⁴⁶ Novamente, considerar-se o desenvolvimento como mera questão de acumulação de capital ou de maior oferta de bens levaria a uma concepção estreita, visto que o desenvolvimento, para Furtado, abrange um elemento de **intencionalidade**: o desenvolvimento detém um **sentido**, deve ser orientado por um “projeto de autotransformação de uma coletividade humana.”⁴⁷ Por isso, Furtado afirma que:

Mais do que *transformação*, o desenvolvimento é *invenção*, comporta um elemento de intencionalidade. As condições requeridas para que esse elemento se manifeste com vigor dão-se historicamente, ou seja, são irredutíveis a esquemas formalizáveis. Somente o enfoque analógico nos permite abordar questões como: por que se intensifica a criatividade e por que os frutos desta convergem para produzir e realizar um projeto de transformação social com o qual se identificam os membros de uma coletividade? (Furtado, 1984: p. 106)

Continuando, o autor faz a ligação com a teoria do excedente:

Contudo, o caráter histórico do desenvolvimento, sua unicidade não nos deve impedir de investigar a natureza do processo de invenção cultural. A inovação não se resume em resposta a um desafio: é, antes de tudo, a manifestação de uma possibilidade. [...] É porque dispõe de meios, que lhe abrem um horizonte de opções, que o homem inova. Essa margem de manobra tem seu fundamento na existência de um *excedente* de recursos criado pela divisão social do trabalho. Concebido dessa forma ampla, o conceito de excedente surge como a pedra angular do estudo do desenvolvimento. (Furtado, 1984: p. 106)

É nesse sentido que o desenvolvimento se desdobra em dois componentes: de um lado, a evolução do sistema social de produção, que se expressa no aumento da produtividade do trabalho, pela ação conjunta da acumulação e do progresso técnico; de outro lado, o grau de satisfação das

45 FURTADO, *op. cit.*, 1984, p. 108.

46 *Idem*, *op. cit.*, 1968, p. 18.

47 *Ibidem*, p. 19.

necessidades humanas⁴⁸, que deve ter como referência o sistema de valores assumido pela coletividade. São as duas dimensões do desenvolvimento, a econômica (ou técnica) e a cultural, a primeira relacionada aos **meios** e a segunda aos **fins**. Levando em conta esse duplo aspecto do problema do desenvolvimento, quando se abstraem os elementos referentes ao segundo aspecto, o que “no começo era uma simplificação metodológica necessária, tende a transformar-se em obstáculo à própria percepção da natureza do problema.”⁴⁹

Neste momento, atingimos aquele que consideramos o âmago da distinção entre as interpretações de Celso Furtado e Conceição Tavares sobre a crise na economia brasileira. São suas distintas concepções do que seja o desenvolvimento, que tomam como ponto de partida, que tornam suas análises necessariamente conflituosas e repuseram constantemente a controvérsia entre tais autores. Conceição Tavares, ao ter em vista o processo de desenvolvimento como o processo de constituição e evolução das forças produtivas capitalistas no Brasil – em suma, um problema de dinâmica capitalista – pôde prescindir de qualquer ordem de determinação dos “problemas de marginalidade” sobre a dinâmica do mercado nacional. Conforme destacado, ela leva em conta a óptica do **comportamento do capitalista** em suas tomadas de decisões⁵⁰. Decorre daí que pode limitar sua análise às decisões de gasto autônomo e seus determinantes – o princípio da demanda efetiva – enquanto fundamentais para a operação do ciclo de uma economia capitalista. Furtado, tendo em conta que o desenvolvimento seria um processo de transformações e invenção frente às opções que se abrem, visando satisfazer as **necessidades humanas**, teria que incluir a problemática da heterogeneidade social em suas reflexões sobre a crise. O desenvolvimento não se limita ao processo de acumulação. Ele percebe que, nas sociedades subdesenvolvidas, há um descompasso entre a inovação a nível dos

48 É à maneira do que está apontado em FURTADO, *op. cit.*, 1972, p. 79: “Não é nossa intenção abordar aqui o problema das possíveis opções que se apresentarão aos países subdesenvolvidos em face dessa crise. Pode-se dar por certo, entretanto, que o ponto de partida para superar a crise está na aplicação do potencial produtivo da civilização industrial à satisfação das autênticas necessidades do homem, ou seja, num esforço para elevá-lo da condição infra-humana em que encontra grande parte da população desses países.”

49 FURTADO, *op. cit.*, 1968, p. 18. “As duas dimensões do desenvolvimento – a econômica e a cultural – não podem ser captadas senão em conjunto. Por uma questão de facilidade metodológica, o economista concentra a sua atenção nos aspectos mensuráveis do desenvolvimento, isto é, privilegia as variáveis que são passíveis de uma expressão quantitativa. Fica implícito que os demais elementos permanecem imutáveis, ou não afetam de forma significativa o conjunto do processo, durante o período em que se realiza a observação. Esse tipo de redução da realidade a um esquema é corrente no trabalho científico. No estudo do desenvolvimento, entretanto, esse método envolve um risco particular, que decorre da importância que nele corresponde ao fator tempo. Assim, as relações entre as variáveis econômicas são estabelecidas a partir de dados não-econômicos – estrutura da população, hábitos dos consumidores, quadro institucional, etc. – os quais são isolados do tempo. Em seguida se considera o comportamento *no tempo* de certa variável econômica, tendo em conta apenas o comportamento observável de um número limitado de outras variáveis. Ao final do período de tempo, se volta a observar os dados não-econômicos, como se os mesmos houvessem evoluído por conta própria, independentemente do comportamento das variáveis econômicas, e como se esse comportamento pudesse ser explicado sem ter em conta a permanente transformação dos dados não-econômicos.”

50 TAVARES & SERRA, *op. cit.*, pp. 212 e 215, principalmente.

meios e inovação a nível dos fins, que é responsável pela assimilação do progresso técnico se que haja correspondente mutação nas estruturas sociais. Ou o subdesenvolvimento enfrenta severas restrições ao crescimento econômico, ou ele engendra um processo pelo qual a concentração de renda se agrave ainda mais e possa crescer nos marcos da *modernização*. Fundamentalmente, ele busca identificar opções de projetos para a nação.

Vejam os rapidamente como o desenvolvimento poderia ser alcançado segundo cada autor, a partir da discussão sobre a crise dos anos 60, extraída de seus textos fundamentais. Em Furtado já estava implícita sua noção de desenvolvimento desde o princípio da controvérsia. Uma das primeiras idéias é a de que a superação da tendência à estagnação viria por meio de uma política deliberada para **condicionar o comportamento** dos agentes, visando um processo social que tivesse o desenvolvimento econômico como componente necessário⁵¹. Nesse momento, o autor ainda pensa no subdesenvolvimento em termos da tendência à estagnação. Evoluindo sua interpretação para a superação do subdesenvolvimento, tornam-se mais precisas as medidas que sugere: uma política global de redistribuição da renda e riqueza a fim de realocar recursos produtivos, obtendo uma constelação de bens finais e uma massa de emprego em função de um projeto social – o que exige modificações profundas no sistema de poder (política); aplicar todo o potencial produtivo na satisfação das autênticas necessidades do homem (elevá-lo da condição infra-humana em que subsiste nos sistemas subdesenvolvidos)⁵².

O que podemos identificar em Tavares é sua referência à *visão endogenista* – a autodeterminação do capitalismo brasileiro – segundo a qual a dinâmica capitalista no Brasil havia estabelecido um esquema que permitiria a geração de fontes internas de expansão. Em outras palavras, a **base material do capitalismo** já estava suficientemente desenvolvida para que a dinâmica capitalista desenvolvesse seu movimento próprio no país, após a industrialização pesada e a implantação dos setores mais modernos de D_I e D_{II} . Implicitamente, as condições para o desenvolvimento parecem estar dadas: “[o] processo de acumulação [da economia brasileira] passou a estar basicamente determinado endogenamente pela expansão e diversificação do setor industrial”⁵³. “Configura-se, então, um ciclo endógeno de expansão, no qual os efeitos retroalimentadores operam dentro da própria indústria e o problema de realização dinâmica depende cada vez menos da demanda final de bens de consumo.”⁵⁴

Por essas considerações, fica evidente o quanto as concepções de desenvolvimento de Tavares e Furtado se distanciam – e, proporcionalmente, distanciam-se em suas análises e mantêm a controvérsia.

51 FURTADO, *op. cit.*, 1966, pp. 88-9.

52 *Idem*, *op. cit.*, 1972, pp. 49 e 79, principalmente.

53 TAVARES, *op. cit.*, 1985, p. 117.

54 *Idem*, *op. cit.*, 1981, pp. 31-2 (tradução própria).

III. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que Furtado parte da tese de que, para compreender adequadamente a trajetória de crescimento das economias latino-americanas, é preciso levar em conta suas peculiaridades estruturais (sócio-econômicas), nas quais se encontrariam as origens das forças responsáveis pela tendência à estagnação na região. O essencial da análise de Furtado é que a industrialização substitutiva foi orientada no sentido de favorecer consumidores de alta renda, sob o impulso da concentração de renda, com a implantação de setores com uso intensivo de capital, o que reduziria a capacidade de absorção de mão-de-obra. A convivência de um setor moderno e um setor atrasado deu ímpeto à industrialização, ao fornecer mão-de-obra abundante e de baixa remuneração, ao mesmo tempo em que foi por ela agravado, com a concentração de renda e o desemprego. Após a recuperação da economia brasileira e a crítica de Conceição Tavares, Furtado revê suas idéias, explorando os mecanismos capazes de fazer a industrialização avançar, principalmente por meio da formação de uma classe média alta com capacidade de consumo, adequando o perfil de demanda à capacidade subutilizada, mediante intervenção para concentrar a renda. Não se altera o caráter de dependência do Brasil, incorporando progresso técnico (tanto na forma de novas técnicas e equipamentos quanto na de novos padrões de consumo, copiados pelas classes privilegiadas) que não corresponde ao seu nível de acumulação.

Em Conceição Tavares, a queda da taxa de crescimento da economia é apresentada como decorrente da queda na taxa de investimento, que por sua vez foi resultado da ocorrência de problemas de financiamento e na estrutura da demanda, após esgotado o pacote de investimentos do Plano de Metas. A crise, manifestação do ciclo econômico, marcaria uma transição para nova etapa de desenvolvimento no Brasil. Concluído o pacote de investimentos do Plano de Metas, existiam duas limitações para a continuidade da industrialização: a estrutura da demanda (a concentração da renda em uma reduzida cúpula limitava a diversificação do consumo aos grupos médios) e o problema do financiamento (público – limitado pela relação gastos/carga tributária – e privado – limitado pela relação excedente/salários). A tentativa em 63 de debelar a crise, com política salarial favorável aos trabalhadores simultânea à tentativa de estabilização via redução do gasto público e crédito, agravou a depressão. Já com a política recessiva pós-64, foi possível reduzir os salários de base, medida essencial como fonte para o financiamento do investimento e do consumo de alta renda. A partir de sua tese de

Livre Docência, *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, a desaceleração da expansão industrial foi provocada pelo esgotamento do efeito acelerador do bloco de investimentos do Plano de Metas (que dinamizou as demandas intersetoriais), com destaque para dois aspectos: desajuste dinâmico entre estruturas da oferta e da demanda industrial (desproporções) e problemas de realização do crescente potencial de acumulação (superacumulação). Tavares apresenta o D_I , fundamental para a expansão endógena do sistema industrial, como primeiro a demonstrar problemas de capacidade ociosa, pois o investimento no setor havia avançado muito à frente da demanda. Aparece com mais intensidade a idéia de uma dinâmica endógena da acumulação própria ao capitalismo brasileiro, que aparece de forma embrionária em *Além da estagnação* e que viria a ser desenvolvida com João Manuel Cardoso de Mello no conceito de industrialização retardatária.

Em seguida, vimos como Tavares se contrapõe a Furtado fundamentalmente a partir da separação analítica entre problemas de marginalidade (nação/população) e problemas de dinâmica capitalista, de forma que a heterogeneidade social não colocaria freios à acumulação. Justifica-se essa opção através do enfoque da autora, cuja maior preocupação é identificar as formas assumidas na economia brasileira pelos elementos determinantes da dinâmica capitalista, daí recorrer ao arcabouço teórico do princípio da demanda efetiva. Furtado, ao contrário, focaliza questões qualitativas relativas às especificidades do subdesenvolvimento, tais como as estruturas sociais e fatores culturais. Sua busca é por opções em aberto para o desenvolvimento, isto é, satisfação das necessidades básicas da sociedade através de um processo de transformação autônomo.

A partir desse ponto, sublinhamos que as análises de Furtado e Tavares tem distintos conceitos de desenvolvimento a elas subjacentes. Para Tavares, desenvolvimento diz respeito ao processo de consolidação das forças produtivas capitalistas no Brasil; para Furtado, é o processo de transformações e invenção frente às opções que se abrem e que comporta um elemento de intencionalidade. Partimos da hipótese de que a controvérsia entre Furtado e Tavares persistiu principalmente devido a apresentarem distintas e conflitantes concepções de desenvolvimento, muito mais do que por uma total incompatibilidade entre seus referenciais teóricos (tomando como exemplo a recorrente alegação da influência neoclássica sobre Furtado versus a orientação marxista de Conceição Tavares). Tendo como ponto de partida distintas concepções de desenvolvimento, as reflexões elaboradas por cada um deles dificultam o diálogo e afastam a possibilidade de sua conciliação.

Celso Furtado errou na previsão de uma prolongada tendência à estagnação que teria se instalado na economia brasileira, ainda que desde *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* desse a entender que em condições muito particulares o sistema poderia recuperar vitalidade – sem

levar a cabo reformas estruturais do tipo que ele tinha em mente⁵⁵. Pois o sistema industrial não apenas recuperou seu dinamismo, como voltou a apresentar expressivas taxas de crescimento, que para o observador casual justificariam o país como nova potência. Não para Furtado que, conforme visto na segunda parte deste trabalho, tratou de rever suas idéias sobre a estagnação, fornecendo uma explicação para a recuperação perfeitamente compatível com seu modo de pensar.

Ele persiste em trazer à tona os problemas da má distribuição de renda, da acelerada modernização dos padrões de consumo e das relações de dependência que continuam a limitar o horizonte de possibilidades do país. As décadas seguintes dariam seu testemunho mais do que eloqüente. É nesse sentido que é possível afirmar que Furtado acertou na visão do longo prazo, no movimento de estruturação da Nação, de uma economia nacional integrada e autodeterminada. Concordamos com Carmo Sobrinho, que sumaria a idéia no seguinte parágrafo:

O trabalho de Furtado é um ensaio de interpretação histórica cujo eixo central é a formação da economia nacional, é o movimento de longa duração da economia, e a análise (e julgamento) das conjunturas específicas se faz em função desta visão de formação de uma economia nacional autônoma e integrada. Sendo assim, se no que se refere à análise de conjuntura a visão de Furtado mostrou-se equivocada já que as taxas de crescimento se elevaram no período seguinte, já no que diz respeito ao movimento de longa duração, pensando dentro da visão de Furtado, constata-se que a economia brasileira não conseguiu manter taxas estáveis de crescimento. Há duas décadas que a economia vive de pequenos surtos de crescimento seguidos de recessão. O que do ponto de vista da análise de Furtado poderia ser considerado estagnação, como o não-desenvolvimento. (Carmo Sobrinho, 2001: 28-9)

Entretanto, cabe apontar que o pensamento de Celso Furtado sofre uma limitação em especial, que é a sua contextualização dentro dos marcos do capitalismo. No início de sua análise, o autor aparenta estar fortemente influenciado pela experiência social-democrata na Europa, o que o induz a pensar nas possibilidades de um *capitalismo virtuoso*. Ele jamais explicitou que o grau de transformações estruturais de seu projeto de autonomia nacional e eliminação das discontinuidades na estrutura de distribuição de renda exigiriam outra forma de organização da produção e da sociedade – uma vez que as desigualdades são inerentes ao capitalismo⁵⁶.

Tavares & Serra (1976) inaugura uma contribuição na interpretação de um período particularmente importante da evolução da estrutura econômica do país, qual seja, a transição representada pela industrialização pesada. Não há dúvida de que Tavares, a partir de então, forneceu elementos importantes para compreender os mecanismos de crise e recuperação no momento do salto

55 FURTADO, *op. cit.*, 1966, pp. 84-5.

56 Um pouco mais dessa discussão está em CARMO SOBRINHO, Corival Alves do. *Dependência e estagnação: o debate sobre a crise dos anos 60*. Dissertação (mestrado) -- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2001.

na estrutura produtiva nacional. Ao contrário de Furtado (1966), a autora teve a vantagem de poder observar a recuperação em andamento.

No entanto, justamente por se focar na consolidação das forças produtivas capitalistas no Brasil e em seu movimento cíclico próprio, a análise de Tavares perde eficácia quando transposta para longos períodos do movimento histórico. “Ao abstrair os condicionantes socioculturais que caracterizam a especificidade dos espaços econômicos nacionais, o novo enfoque reduziu a discussão do desenvolvimento nacional a uma questão pura e simples de dinâmica capitalista”⁵⁷. A autora priva-se da possibilidade de realizar uma crítica do sistema que não se reduza às condições do processo de acumulação. Ao deixar-se “de lado a crítica das estruturas geradoras do desemprego, da marginalização para discutir se as políticas adotadas para combater o desemprego e a marginalização são adequadas ou não, o debate se reduz às políticas de conjuntura”⁵⁸.

Resta ainda esboçar uma última consideração não menos relevante, mas cujas implicações por si só fugiriam aos limites de um só trabalho: a questão da dependência. Em Furtado, ela tanto aparece explicitamente quanto é parte orgânica de sua reflexão, o que espera-se que tenha ficado evidente a esta altura. “[O] subdesenvolvimento apresenta-se como uma situação de dependência estrutural, que se traduz por um horizonte estreito de opções na formulação de objetivos próprios e numa reduzida capacidade de articulação das decisões econômicas tomadas em função desses objetivos.”⁵⁹ Dessa forma, a penetração do capital estrangeiro, na expansão das empresas transnacionais à periferia, opera como vetor da modernização⁶⁰, que toma do país subdesenvolvido a autonomia na orientação do progresso técnico, enfim, do desenvolvimento.

Em Furtado, desenvolvimento implica superação da dependência. Já para Tavares, a superação das descontinuidades técnicas e financeiras para permitir a constituição do setor de bens de produção não seria possível por mero desdobramento do processo de acumulação nacional, dadas os elevados requisitos de escala e investimento – exigia-se uma associação entre Estado e capital estrangeiro⁶¹. Foi a

57 SAMPAIO JR., *op. cit.*, p. 49.

58 CARMO SOBRINHO, *op. cit.*, p. 44.

59 FURTADO, *op. cit.*, 1972, p. 15. Essa citação é conclusão do seguinte trecho (pp. 14-5): “Se observamos em conjunto os dois tipos de subdesenvolvimento – o exportador de produtos primários e o industrializado – constatamos que nos dois casos se manifestam *anomalias* na forma de assimilação do progresso tecnológico. Contudo, quando procuramos identificar as causas desses fenômenos, logo percebemos que se trata menos de *anomalias* que de processos adaptativos a condições estruturais bem definidas da economia capitalista internacional. Num dos casos essas condições estruturais são dadas pelos *mercados internacionais*; no outro, decorrem do controle do progresso tecnológico e do poder financeiro exercido pelas grandes empresas internacionais. Essas condições estruturais operam, por um lado, no sentido de concentrar recursos em áreas prioritárias, por outro no de homogeneizar os padrões de consumo em escala mundial. Da ação convergente desses dois processos resulta que a difusão do progresso tecnológico na periferia do mundo capitalista seja extremamente desigual e relativamente lenta.”

60 *Ibidem*, p. 14.

61 Cf. SAMPAIO JR., *op. cit.*, “A crise da teoria do desenvolvimento”.

“maior solidariedade orgânica entre o Estado e o capitalismo internacional” que viabilizou a constituição de “um núcleo integrado de expansão”⁶². “Paradoxalmente, quanto mais desenvolvida está a estrutura industrial, mais internacionalizados e solidários são os comportamentos das grandes empresas transnacionais, nacionais e estatais.”⁶³ Ou seja, desenvolvimento e dependência convivem em peculiar simbiose.

Não resta mais dúvidas de que Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares inauguraram um árduo debate que jamais poderia chegar a termo, pois suas análises operam em planos distintos. A controvérsia teria que persistir, enquanto tratam de questões analiticamente diversas, ainda quando tenham se voltado para o mesmo objeto. Uma vez que tenham como ponto de partida conceitos de desenvolvimento diferentes, mesmo que com influências intelectuais próximas, toda a análise construída por cada um deles dificulta o diálogo e afasta a possibilidade de conciliação entre suas respectivas visões.

62 TAVARES & SERRA, *op. cit.*, p. 226.

63 TAVARES, Maria da Conceição. “Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardío y periférico”, 1981, pp. 41-2. “La tan añorada autonomía tecnológica se vuelve así, al mismo tiempo, más factible desde un punto de vista material y más remota desde un punto de vista económico y social.” (p. 42)

BIBLIOGRAFIA

- BARAN, Paul Alexander. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CARMO SOBRINHO, Corival Alves do. *Dependência e estagnação: o debate sobre a crise dos anos 60*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2001.
- FURTADO, Celso. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. “Entre inconformismo e reformismo”. In: *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 4, p. 6-28, out./dez. 1989.
- _____. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1981.
- _____. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- _____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- KORNIS, George Edward Machado. *Repensando o PAEG: uma revisão das análises da política econômica brasileira, 1964/1966*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1983.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10ª ed. Campinas: UNICAMP, 1998.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Considerações sobre a formação do capitalismo*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1977.
- POSSAS, Mario Luiz & BALTAR, Paulo E. A. “Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki”. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 11, n. 1, p. 107-160, abr. 1981.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a Nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SERRA, José (org.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

_____. “Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardios y perifericos”. In: *Economía de América Latina*, Cidade do México: CIDE, n. 6, p. 21-42, 1981.

TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José. “Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil”. In: SERRA, José (org.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

* * *